

ANTÔNIO PRESTES DE PAULA:

Trajetórias de um rebelde brasileiro, 1945-1986.

Lucas Porto Marchesini Torres¹

RESUMO: Este texto pretende apresentar, em linhas gerais, a trajetória política de Antônio Prestes de Paula (1927–2004), sujeito de participação ativa em momentos de destacada importância na história do Brasil recente, especificamente na segunda metade do século XX. Em sua trajetória política tem passagens pela juventude Partido Comunista Brasileiro (PCB); destacou-se como liderança no Movimento dos Sargentos em Brasília (1961-63); tomou parte em dois grupos que pregaram a luta armada: primeiro no Movimento de Ação Revolucionária (MAR) e depois no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); por fim, na redemocratização da década de 1980, militou no Partido dos Trabalhadores (PT).

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória, Militância Política, História das esquerdas.

À porta de um banco, um sujeito foi visto saindo às pressas. Tinha estatura mediana, cabelos grisalhos e era robusto – “forte” para uns, “gordo” para outros. Entrou num Voyage claro e rumou para longe dali. Isso é o que garantem, concordando, todas as testemunhas que o viram.² No restante, existe discordância. Para uns, ao entrar no carro ele sentou no lado do carona e portanto não estava sozinho, alguém dirigia para ele. Para outros ele era o motorista. Uns dizem que o viram empunhando uma escopeta calibre 12. Outros se esquecem de mencionar o apetrecho que, à frente de um banco e no meio da rua, não é nada insignificante. Quanto mais quando a fuga do sujeito coincidiu com a repentina chegada de viaturas policiais.

Não por acaso, nesse banco, uma agência do Banco do Brasil, se desenvolvia um assalto, por isso chegaram as viaturas policiais precedidas por suas sirenes – que ameaçam e avisam. Parece que somavam em torno de meia dúzia.³ Ocuparam as calçadas e cercaram o banco mais ou menos como tinha feito, minutos antes, o sujeito acima – que certamente o fez com mais discrição. Com a chegada policial disfarçou, fingiu susto e passou entre os agentes que já tinham saltado das viaturas de armas na mão. Não foi importunado, talvez com a ajuda dos cabelos quase brancos que trazia, e pôde deixar o local – o que diminui a chance de ele estar armado, principalmente com uma escopeta. Pelo que pareceu às testemunhas, que depuseram muito depois de toda ação, o fugitivo só podia ser um cúmplice parcialmente bem sucedido. Fugiu sem levar nada e sua liberdade não durou muito, porém.

Para os outros cinco homens que estavam dentro da agência, o cerco foi mais efetivo. E sobre eles a polícia manteve o foco. Assim que passaram por sua porta deflagrou-se o tiroteio seguido de sua prisão. Ainda à porta do banco anunciaram o que se tornaria uma polêmica de repercussão nacional nos meses seguintes: “somos todos petistas!”.⁴ Nos primeiros depoimentos que deram nas delegacias porque passaram os cinco (uma civil, outra federal), apareceu um nome para aquele que conseguiu fugir: *Victor*.⁵ Para os presos que declinaram de sua participação esse era apenas um codinome, para a polícia, um vulgo. A busca por ele ganhou fôlego. A tentativa de assalto se deu no dia 11 de abril de 1986 e no dia dezoito, seu verdadeiro nome foi definitivamente vinculado ao grupo, com ele já bem longe dali. O sexto elemento desse assalto chamava-se Antônio Prestes de Paula.

Prestes de Paula nasceu em Campo Florido (MG), em 13 de junho de 1927. Uma segunda-feira ápice da trezena de festejos para Santo Antônio, de quem ele herdou o primeiro nome – por aconselhamento materno. A outra parte, escolha do pai “prestista fissurado, roxo”, veio de um capitão do exército que havia pouco tempo tinha encerrado uma marcha pelo país: Luís Carlos Prestes.⁶ Pela vontade do pai, o garoto se chamaria Luís Carlos Prestes de Paula, para a mãe era exagerado demais.⁷ Vingou o consenso entre pai e mãe e o garoto cresceu.

Mas a influência do santo parece ter se limitado ao seu registro cartorial. No final de sua adolescência Prestes de Paula começou a trilhar rumos que o aproximaram mais da influência do Cavaleiro da Esperança. Assim que a Coluna Miguel Costa-Prestes deu-se por encerrada e depôs suas armas na Bolívia, em fevereiro de 1927, o mais conhecido de seus líderes recebeu visita de alguém que não o perseguia. Em vez disso levou presentes. Astrogildo Pereira, então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), saiu no enalço daquele homem que já ocupava status de mito no Brasil. O dirigente foi um dos primeiros a bater na sua porta boliviana – e bem intencionado, supunha. Carregou sua mala com livros especialmente escolhidos: textos de Lênin e um exemplar do Manifesto Comunista. Luís Carlos Prestes começou a ser cortejado pelo PCB.⁸

Muitos anos se passaram até que o Cavaleiro entrasse oficialmente no Partido, o que se deu apenas no segundo semestre de 1934, mas o gosto pelo que lia não demorou a aflorar. Depois de conhecer os escritos comunistas e de ter percorrido boa parte do território brasileiro, ele entendeu que se opor apenas a um presidente – no caso Artur Bernardes (1922-26) – era pouco. Seduziu-se pelo ideal da revolução socialista: “estávamos errados”, “éramos ignorantes”. Aos poucos, o ex-tenente Luís Carlos Prestes foi se tornando comunista e junto com o Cavaleiro, pai e filho se tornariam além de prestistas, também comunistas.

Porém o garoto que recebeu o seu nome seguia num caminho próximo, mas levemente invertido. À medida que o Estado Novo do presidente Getúlio Vargas (1937-45) perdia força, ele se aproximava e ganhava gosto pela política. O jovem Antônio ainda como secundarista e membro da União Nacional dos Estudantes (UNE), se aproximou da juventude do PCB. Como completaria dezoito anos em 1945, em junho, Prestes de Paula teve de se alistar nas Forças Armadas (FFAA) no início do ano torcendo pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Por sorte, em maio a capitulação alemã foi assinada, “no dia oito de maio de 1945”, se lembrava bem dessa data. Assim, pôde ficar mais tranquilo com o alistamento. São e salvo no país, acompanhou a queda de Vargas, a eleição de Eurico Gaspar Dutra e a convocação de eleições para um congresso responsável por elaborar a nova Carta Magna do país, trazendo esperanças democráticas. E, segundo o próprio, pôde participar “ativamente de todos os debates” da época – comemorando os constituintes eleitos pelo PCB, em alegre clima de liberdade política.⁹

Jovem e atraído pela política, Prestes de Paula também pretendia alcançar de vez o mundo adulto, “arranjar um emprego, não aguentava mais a tutela familiar”, favores de tios e coisas assim. A essa altura morando no Rio de Janeiro, ainda a capital nacional, e convocado a apresentar-se às FFAA, decidiu-se pela Aeronáutica. Nesta força seguiu carreira até ser expulso por sublevação. Ao contrário do seu quase homônimo – Luís Carlos –, Prestes de Paula já entrou no exército afeito às ideias socialistas.

Em princípios da década de 1960 Prestes de Paula serviu na base aérea da nova capital, Brasília. Já como sargento presidiu o Clube dos Suboficiais das Forças Armadas, se consolidando como uma liderança. Esse grupo de baixa patente das FFAA, no qual Prestes já gozava de alguma experiência aos 34 anos de idade, assumiu papel de destaque no cenário político brasileiro com a crise instaurada a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. Os sargentos se organizaram para garantir, através de suas armas, a posse do vice João Goulart. Após decisiva participação na campanha pela legalidade que garantiu a posse do novo presidente, os sargentos passaram a apoiar as reformas de base propostas pelo governo.¹⁰ Segundo Prestes de Paula elaborou anos depois,

“os sargentos entraram em cena massivamente favoráveis à legalidade constitucional que previa a posse do vice-presidente (...) A tropa de modo geral reagiu favoravelmente aos apelos da frente da legalidade (...) A reação dos sargentos nas unidades militares no Brasil inteiro ou foi de resistência passiva ou de rebelião declarada [contra o golpe]”.¹¹

E não confiaram apenas em seu poder de fogo, contudo. Os sargentos também encamparam a luta pelo direito de representação política. Inicialmente atuaram em instâncias onde a política parecia não ser o eixo, como em seus clubes e associações – sempre mal vistos pela alta hierarquia militar e por grupos conservadores, que os entendiam como espaços de infiltrados. Como mostra Paulo Parucker,

“os clubes dos subalternos, em que pese a sua desqualificação pelos comandos militares como ‘fachada para subversão’, iam sendo fundados para atender a uma variada gama de demandas (...) sua criação estava sempre associada a reivindicações como assistência médico-hospitalar, jurídica, educacional, recreativa e financeira, entre outras”.¹²

Querendo avançar em suas reivindicações institucionais, passaram a reivindicar representação política nas casas legislativas estaduais em algumas unidades da federação. Ergueram a bandeira da elegibilidade para os *praças* das FFAA.¹³ A politização dos sargentos acompanhou a espiral de radicalidade do governo Goulart. O argumento apresentado se pautava numa brecha deixada pela Constituição de 1946 – aquela à qual Prestes esteve atento ainda rapaz – que permitia dúvida sobre a proibição aos militares não-oficiais de disputar um pleito eleitoral.

Na década de 1940 esses personagens, os *praças*, apresentavam uma nova força na cena política. Antes a eleição de um deles acontecia como algo isolado e por isso sem expressividade social que registrasse respaldo nas urnas. Na década de sessenta esse panorama havia mudado. Nomes de possíveis candidatos “eram indicados em assembleias da ‘categoria’, havendo a discussão de programas e, quando necessário, a disputa entre chapas”. Assim “o movimento dos sargentos apresentou-se à sociedade com propostas de transformação para além das questões corporativistas, aí então o problema da elegibilidade foi suscitado, como obstáculo legal a uma demanda social e conscientemente política”.¹⁴ Talvez por isso os votos obtidos por alguns sargentos excedessem as expectativas prometidos pela categoria. Entre seus princípios, o de que os sargentos também eram trabalhadores, eram povo. Com um diferencial que faziam questão de assumir: “que o instrumento de trabalho do militar é o fuzil”.¹⁵ E o que o sargento Prestes de Paula deixou de contar no documento citado logo atrás é que, pelo menos ele, já trazia consigo inspirações e ideais revolucionários.

Apostando que a brecha seria eliminada em favor da categoria, os sargentos se mobilizaram. Alguns deles foram eleitos em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e na Guanabara (entre eles não estava Prestes de Paula). Mas, depois de algum tempo, esses sargentos foram considerados inelegíveis por instância superior da justiça: aqueles que chegaram a assumir os cargos (alguns

sequer o fizeram) teriam seus mandatos suspensos. Prestes talvez tenha percebido uma boa hora para exercer sua liderança e “convocou seus colegas para uma reunião à noite para discutirem formas de protesto. O objetivo da assembleia não foi o de realizar debates, mas, sim, de desencadear uma insurreição de âmbito nacional, um ‘protesto armado’”. Buscaram alcançar o poder com ajuda crucial das armas, eis o que passaram a reivindicar. A cúpula do levante assinava suas ordens como “Comando Revolucionário de Brasília”.¹⁶

Assim, em 1963, insatisfeitos com a negativa da justiça, um contingente de aproximadamente seiscentos homens novamente pegou em armas para um levante na base aérea de Brasília – desta feita o sargento Prestes assumiu a dianteira como um de seus principais líderes.¹⁷ Boa parte dos praças dali se amotinaram e precipitaram uma rebelião.¹⁸ O movimento não atingiu seus objetivos com quase a totalidade dos envolvidos presos – Prestes de Paula caiu um dia depois, 13/9/1963. Mas pelas ideias anunciadas ao longo do levante, ele parece ter sido mais que uma quartelada simplesmente. Pretendiam os sargentos construir vínculos com as camadas populares como as Ligas Camponesas, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o movimento estudantil. Influenciados pela radicalização do período – e influenciando-a também –, o movimento tomou outros rumos.

Os subalternos, depois de terem seus planos institucionais frustrados pela justiça, precipitaram seu movimento como protesto armado, com algumas referências à revolução. Essa faceta parece ter estado latente entre os sargentos, com o grupo dividido entre legalistas e revolucionários. O levante de Brasília debilitou profundamente a categoria: os envolvidos foram presos, lideranças transferidas e os sargentos receberam punições por todo o país. A categoria ganhou vigilância.¹⁹

Preso, Prestes de Paula retornou ao Rio de Janeiro dessa vez em outra condição: transferido para um novo presídio. Ali tomou conhecimento do golpe civil-militar de março de 1964, quando o movimento dos sargentos da Aeronáutica estava praticamente desarticulado.²⁰ Ainda que os motivos que o levaram à cadeia possuísem um caráter de contestação política, na prática ele e outros sargentos se viram dividindo espaços com bandidos comuns. Desse convívio surgiram associações. Uma desperta especial atenção.

Willian da Silva Lima, um dos presos que conviveram com o sujeito deste texto, se remete à convivência com os militares presos (da Marinha e da Aeronáutica), especialmente com os sargentos Prestes de Paula e Marco Antônio da Silva Lima (que não era seu parente), como o embrião de uma relação de mútua aprendizagem carcerária. “Queriam conscientizar mais a massa,

através de um trabalho, através das coisas concretas”, não queriam se distinguir dos presos comuns. Ambos, ainda se lembra ele, não quiseram a separação entre os criminosos comuns e políticos. Do convívio houve a troca de experiência entre rebeldes (alguns influenciados por teorias revolucionárias) e presos comuns.²¹ Formaram não apenas grupos de estudos e núcleos de convivência. Ainda no cárcere, alguns marinheiros e assaltantes de bancos, mais Prestes, fundaram o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), com vistas além dos muros. Elaboraram planos de fuga e até ações fora da cadeia – uns bem sucedidos. No MAR, Willian da Silva Lima não ingressou, preferiu anos mais tarde compor o Comando Vermelho.²² A presença de Prestes ali durou pouco.

Esse tipo de associação entre os presos não era tão comum. Com o golpe de 1964 e as novas prisões de militares rebeldes (principalmente os marinheiros acima mencionados), poucos foram os militares de baixa patente que se vincularam aos grupos armados de esquerda. Marcelo Ridenti calcula em menos de 3% esse número, “embora qualitativamente eles tenham desempenhado papel relevante nas ações armadas”.²³ É o caso do sargento Prestes. Depois de fugir da prisão ingressou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado em 1968 como dissidência do seu antigo PCB com a garantia do adjetivo “revolucionário”, “do qual viria a qualificação distintiva”.²⁴ A nova sigla pregava a revolução popular e pretendia ter o povo, o proletariado rural e urbano, à frente. Vanguarda e povo juntos derrubariam o estado burguês, que naqueles anos controlado por uma ditadura militar, para construir o caminho ao socialismo. Nele o sargento encontrou espaço para aplicar seus conhecimentos militares e ideais revolucionários – mais uns que os outros.

Também por pouco tempo. Como os demais grupos que levantaram armas contra a ditadura, o PCBR teve vida curta. Nos primeiros anos da década de 1970 foi dispersado pela repressão e seus militantes terminaram presos, exilados ou mortos. A presença de Prestes ali foi marcada mais intensamente pela participação em ações de expropriação sem chegar mais perto da revolução ou do socialismo. No campo político imediato, esse período de sua militância surtiu pouco efeito se comparado, por exemplo, à luta encampada por ele e os sargentos anos antes. A ditadura não sangrou tanto por causa de ações como as dos militantes do PCBR, que junto a outros tantos sangraram muito mais. E, novamente, as armas em que o sargento acreditou não funcionaram como era de seu desejo.

Com a prisão de muitos de seus companheiros, Prestes e a direção nacional do PCBR à Bahia, quando ele ocupava o Comando Político-Militar do partido. Como as quedas continuaram, terminou saindo do Brasil e foi se exilar na França. Aqui aliás cabe um acréscimo. Desde que foi preso pelo levante dos sargentos em Brasília, Prestes de Paula mostrou-se exímio em fugas e

perseguições policiais – o que pode advir de seus dotes militares. Desde que fugiu da cadeia, esteve à beira da prisão por diversas vezes, perdendo companheiros mas garantindo sempre a sua salvaguarda.²⁵ Por isso, talvez, tenha conseguido chegar fisicamente ileso à França. Lá morou numa rua chamada Oito de Maio, referência à rendição alemã na Segunda Guerra, mesma data que permitiu alívio ao jovem Prestes que se via às turras com o alistamento militar. Essa dupla coincidência garantiu que a data ficasse em sua memória, lembrando-se da rua e do final do conflito.²⁶

Prestes sempre esteve na antessala de movimentos que levantaram a bandeira da democracia e da luta institucional – ainda que algumas vezes de modo mais retórico –, no entanto, ele parecia sempre manter uma mão no coldre pronto para a ação, caso fosse necessário. O seu retorno da França ao Brasil parece ter mantido um pouco dessa característica. Com a Anistia em fins da década de setenta, voltou ao país e se ambientou no clima de redemocratização, de abertura política com novos partidos. Passou a militar no recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT) logo no começo dos anos oitenta. E com a descoberta de sua participação no assalto de Salvador em 1986, o partido – ferido com aquele tipo de acontecimento – precisou reconhecer o vínculo com Prestes. “O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, confirmou ontem que Antônio Prestes de Paula fez parte da equipe de segurança de alguns de seus comícios em 1982”. Lula justificou “que o pessoal encarregado de sua segurança variava muito de comício para comício”, mas que se lembrava sim da presença do ex-sargento.²⁷

A descoberta de seu envolvimento no assalto de Salvador, antes de leva-lo à cadeia, promoveu uma devassa em sua casa, em São Paulo – sem encontra-lo ali. Prestes então morava com sua companheira Teresa, funcionária da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na casa, a polícia encontrou farto material, pelo menos o suficiente para encher uma mala: “cartas, fotografias, documentos políticos, boletins e jornais do PT e da CUT”.²⁸ O que a polícia não sabia é que o sargento foragido, em sua rota de fuga, passou pelo apartamento ainda que apressado. Depois de conseguir escapar do cerco durante o assalto, deixou Salvador no mesmo dia, buscando rotas caminhos mais discretos e alternativos até chegar em São Paulo. “Após passar em sua casa e apanhar algumas roupas, continuou empreendendo fuga com destino a Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso”. Tinha a intenção de “sair o quanto antes de São Paulo, antes que seu nome aparecesse como envolvido no assalto”.²⁹ Como sabemos, seu nome não demorou a ser descoberto e a polícia chegou à sua casa, um pouco tarde. Dois meses depois, em junho, foi capturado em Goiás onde morava em uma chácara sem qualquer benfeitoria. O que Prestes não disse em depoimento, é que além das roupas, ele também pode ter levado consigo outros impressos comprometedores.

Mesmo diante dessa possibilidade, algum material restou no apartamento. Documentos da CUT e do PT, também do PCBR. Muitos manuscritos do próprio Prestes como aqueles em que analisa o Movimento dos Sargentos, citado anteriormente. Outro desses documentos, sugere que a vinculação de Prestes ao PT não se restringiu à sua capacidade militar – fosse para assegurar a campanha de Lula, fosse para assaltar bancos. Em 1983 ele era uma reconhecida liderança de um movimento contra o desemprego em São Paulo. Um movimento que resultou em ocupação de uma área no Parque do Ibirapuera e na sugestão mais extremada de um “Dia Nacional do Saque”. Prestes, escrevendo sempre na primeira pessoa do plural, usando “nós”, analisa a ocupação do Ibirapuera, sugere estratégias futuras e, em especial, seus vínculos com outros setores sociais, como a Igreja, a CUT e o Partido dos Trabalhadores. Prestes escreve como parte integrante daquele grupo de desempregados, como petista e, talvez, como membro também do PCBR.³⁰ Quando capturado, já estava expulso do PT juntamente com os demais envolvidos.

Desse modo, sua militância aparece sempre diversificada, carregando bandeiras diferentes e por vezes contraditas. O que faz dele um personagem ímpar e ainda a ser explorado pela historiografia brasileira. O texto aqui apresentado é o primeiro resultado da busca pela compreensão da trajetória política percorrida por Antônio Prestes de Paula.

¹ Lucas Porto Marchesini Torres cursa o mestrado em História Social no PPGH da Universidade Federal da Bahia, onde desenvolve o projeto de pesquisa intitulado “Não estava escrito na Estrela – Uma ação armada e política em 1986, Salvador, BA” sob orientação do professor Antônio Luigi Negro. E-mail de contato: lucaspmt@hotmail.com.

² Processo 860372816, Fórum Rui Barbosa, Salvador, v. 1, fls. 89 e 113; vol. 6, fls. 806 e 996; v. 8, fls. 349.

³ Segundo um jornal eram aproximadamente oito, *A Tarde* 12/4/86.

⁴ Em depoimentos, três dos presos alegaram ter assumido sua militância à porta do banco. Processo 860372816, vol. 6, fls. 639, 642-5 e 654-7.

⁵ *A Tarde*, 19/4/86.

⁶ Entrevista de Prestes de Paula concedida a Muniz Ferreira e Sandra Silva em 4/8/2001, gentilmente disponibilizada a esta pesquisa por Sandra Silva. Citada ao longo do parágrafo e durante o texto.

⁷ A marcha desenvolvida ao longo do território brasileiro tendo à frente Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, a Coluna Miguel Costa-Prestes, mais conhecida apenas pelo nome desse seu segundo líder, encerrou sua trajetória em fevereiro de 1927 após percorrer algo em torno de 25 mil quilômetros pelo país.

⁸ VENTURI, Tony (diretor). *O Velho*. A História de Luiz Carlos Prestes. Documentário, 1997, 65 min. Fonte usada no parágrafo seguinte.

⁹ Entrevista de Prestes de Paula, 4/8/2001. A entrevista é citada no seguinte.

¹⁰ LAMARÃO, Sérgio. “A revolta dos sargentos”. In: *A trajetória política de João Goulart*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20/4/2012.

¹¹ PAULA, Antônio Prestes de. “O movimento dos sargentos”, datilografado, processo 860372816, vol. 7, fls. 540. Provavelmente o texto foi escrito entre os anos de 1985 e 86.

¹² PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra*. O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 109.

¹³ Termo como são conhecidos os militares não-oficiais: sargentos, soldados e cabos.

¹⁴ PARUCKER, P. *Idem*, p. 73.

¹⁵ *Idem*, p. 51.

¹⁶ FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. In.: *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, p. 196.

¹⁷ PARUCKER, Paulo. *Idem*, pp. 69-75.

-
- ¹⁸ Diante das dimensões do texto, não abordarei as intenções da rebelião com profundidade.
- ¹⁹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, pp. 207-10.
- ²⁰ Cf. FERREIRA, Jorge. p. 187-8.
- ²¹ SOUZA, Caco (diretor). *Senhora Liberdade*. Documentário, 2004, 18 min.
- ²² FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais*. Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Dissertação, PPGH/UFF, 2005, p. 59. Para o que é tratado nesse texto, ver ainda o Capítulo 3, pp. 58-74
- ²³ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, pp. 211.
- ²⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª edição revista e ampliada, São Paulo: Ática, 2003, p. 113.
- ²⁵ Ver, por exemplo, FARIA, Cátia. *Op. cit*, p. 72. Também SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação, PPGH/UFBA, 2004, relata a queda da direção nacional do PCBR na Bahia sem que Prestes fosse capturado.
- ²⁶ Entrevista de Prestes de Paula, 4/8/2001.
- ²⁷ *Folha*, 23/4/86. Matéria selecionada e guardada no Arquivo Ana Lagoa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/aal.asp>.
- ²⁸ *Folha*, 23/4/86. Matéria selecionada pelo mesmo arquivo citado acima.
- ²⁹ Depoimento de Prestes de Paula, 26/6/86, processo, vol. 6, fls. 689-94.
- ³⁰ PAULA, Antônio Prestes de. “Movimento de luta contra o desemprego – uma proposta para discussão”, datilografado, 14 páginas, processo 860372816, v. 7. fls. 394-410.